

A QUEDA DA BASTILMA.

José Alberto Couto Maciel

Da Academia brasileira de Direito do Trabalho.

Ontem, 14 de julho, liguei a televisão e havia nos jornais muitos veículos com luzes vermelhas, sirenes, bem como carros ultra modernos acompanhando policiais; pensei tratar-se de manifestações, na França, em homenagem à queda da Bastilha.

Tratava-se, porém, de movimento policial no Brasil, determinado pelo Supremo Tribunal, de busca e apreensão de documentos e veículos de senadores, ex-Ministro, bem como advogado que se informa vinculado a magistrado, tudo isso em consequência dos delitos relativos ao lava-jato e seus delatores.

Pensei, então, se não seria esse movimento, extraordinário, realizado no dia da queda da Bastilha, um prenúncio de uma queda de nosso governo federal.

Certamente que esse pensamento não surgiu do nada. Todos os dias a imprensa, os partidos políticos, o Congresso Nacional e a magistratura, tratam da possibilidade ou não de nossa Presidenta deixar o governo, seja por renúncia ou impeachment, ou, ainda, por nulidade de sua própria eleição, quando saíria acompanhada do Vice-Presidente que com ela foi eleito.

No próprio jornal “O Globo” foi publicado um artigo, escrito pelo Prefeito de Manaus, sobre Luiz XVI e Maria Antonieta, o que me fez reforçar esse conjunto de coincidências de nossa política brasileira com a da França de 1789.

A queda da Bastilha, na verdade, não visava a derrubada da prisão Bastilha, pois esta foi um marco simbólico da exclusão de um governo absolutista, no interesse da população que pretendia modificar o regime.

Estava a França frente a uma situação de falta de representatividade política, somada à dilapidação dos cofres públicos, promovida pela nobreza e pelo clero, acrescida de problemas econômicos enfrentados pelo país, com colheitas deficitárias e gastos com a nobreza de forma arbitrária, enquanto o povo vivia esfomeado.

Surgiu com a revolução francesa direitos considerados básicos e fundamentais, como direito à liberdade, igualdade perante à lei, inviolabilidade da propriedade privada e resistência a qualquer tipo de opressão.

Aqui no Brasil, resguardadas a diferença de tempo e de formas de regime político, estamos vivendo uma situação muito semelhante à da França em 1789.

Getúlio Vargas lançou a campanha de que “O petróleo é nosso”. O PT acreditou e passou a lançar mão no dinheiro da Petrobrás para seus companheiros e eleições, não entendendo muito bem o ditado de Getúlio.

O roubo é tão elevado que os condenados no mensalão, se fosse com ele comparado, estariam respondendo no juizado especial e não no STF.

Mas não satisfeitos os membros partidários com a divisão dos lucros da Petrobrás, resolveram também pagar com os desvios as eleições, não se

sabe se a última ou as últimas, o que , evidentemente, poderá acarretar prejuízos para a Presidenta.

Além disso, a Presidenta fez uma campanha dizendo tudo ao contrário do que fez depois de eleita, desde o primeiro dia. Mas não contente, passou a usar das chamadas pedaladas, ou seja, como o Governo não tinha mais dinheiro, usou para seus programas sociais o dinheiro de bancos estatais, da Caixa Econômica e outros, e, para debochar de todo o povo brasileiro, resolveu pedalar uma bicicleta no Palácio do Planalto, demonstrando que pedalar não significa nenhum problema.

Agora, como o roubo foi estrondoso e os valores estão no exterior, calculando-se uma quantia acima de duzentos bilhões de reais, está a Presidenta decidida a baixar uma medida provisória, ou sancionar uma lei, através da qual todos os que roubaram podem trazer o dinheiro desviado para o Brasil, pagando apenas um imposto de mais ou menos trinta por cento, ou seja, cria-se uma lavagem de dinheiro oficial.

Só falta a Presidenta enviar para seus pobres, que conseguiram receber uma residência no programa “sua casa , sua vida” e que estão com medo de perder a vida porque a casa não vale quase nada, só falta a ela entregar brioques nas residências, como café da manhã, mas se fizer, Meu Deus, isto ficará muito parecido com a Revolução francesa.